

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

31 De Dezembro de 2015

1. Identificação da Entidade

ASSOCIAÇÃO BOA HORA, IPSS, é uma instituição particular de solidariedade social, com sede na Rua do Cemitério, n.º 50, Urb. Boa-Hora, 3840-254 Gafanha da Boa Hora, concelho de Vagos e freguesia da Gafanha da Boa Hora.

Tendo iniciado a sua actividade em 1996-05-24, inscrita na Direcção Geral de Acção Social sob o n.º 27/97, tem por objeto prosseguir fins no âmbito da solidariedade e segurança social, designadamente: Apoio a crianças e jovens; Apoio à família; Apoio à integração social e comunitária; e proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de carência.

Podendo prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos, que com aqueles sejam compatíveis, nomeadamente a promoção e proteção da saúde, a educação e formação profissional dos cidadãos.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras apresentadas, têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adoptadas as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro de acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as alterações introduzidas pela lei 20/2010 de 23 de Agosto.

Todos os valores constantes das notas e para as quais não esteja indicada a unidade monetária, estão expressos em EUROS.

3. Principais Políticas Contabilísticas adoptadas

Na elaboração das Demonstrações Financeiras apresentadas, as políticas contabilísticas adoptadas são as que abaixo se descrevem.

Estas políticas foram aplicadas consistentemente nos períodos relatados, no pressuposto da continuidade das operações.

3.1. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tomando por base o princípio do custo histórico.

3.2. Outras Políticas Contabilísticas

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para as NCRF e os custos de aquisição para os activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para a sua entrada em funcionamento, se os houver.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a entidade, o custo possa ser mensurado com fiabilidade e a entidade detenha o controlo dos bens.

Os custos com manutenção e reparações de natureza corrente, que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis, são reconhecidos como um gasto no exercício em que são incorridos.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de forma linear, pelo método das quotas constantes com imputação, às taxas máximas, em conformidade com o período de vida útil estimada para cada grupo de bens, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados.

Os activos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela entidade para os activos fixos tangíveis.

Bens com valor inferior a 1.000€ são considerados de baixo valor e depreciados na totalidade no exercício em que são registados, excepto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado como um todo.

Relativamente a bens adquiridos em estado de uso a depreciação calculada tem por base o correspondente período de utilidade esperada.

As taxas de depreciação anuais aplicadas, que reflectem a vida útil estimada (em anos) para os activos fixos tangíveis mais significativos, são as que seguem:

Activo fixo tangíveis	Vida útil estimada	Método depreciação
Edifícios e outras construções	Entre 20 a 50 anos	Quotas constantes
Equipamento básico	Entre 5 a 14 anos	Quotas constantes
Equipamento transporte	Entre 4 a 6 anos	Quotas constantes
Equipamento administrativo	Entre 3 a 6 anos	Quotas constantes
Outros activos tangíveis	Entre 6 a 16 anos	Quotas constantes

Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo na data da alienação, sendo reconhecidos na Demonstração dos Resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.2. Activos Fixos Intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a instituição, sejam controláveis pela instituição e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros. Nestas situações estes gastos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.2.3. Inventários

No exercício, embora em valor pouco significativo, inventariaram-se alguns géneros alimentícios.

A instituição no final do ano não costuma ter valores em inventário, no entanto havendo-os, serão valorizados do seguinte modo:

1) Mercadorias:

Custo de aquisição (todas as despesas até à entrada em armazém) nas entradas e o custo médio ponderado nas existências, de acordo com os diferentes tipos de mercadorias.

3) Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:

Adquiridas no País - O custo da aquisição nas entradas e o custo médio ponderado nas existências.
Adquiridas no estrangeiro - O custo de aquisição de cada importação (custo de compra acrescido de despesas de compra).

3.2.4. Contas a receber de Clientes e Outros Devedores

As contas a receber de Clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (se aplicável), de modo a reflectirem o seu valor realizável líquido. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que a empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida, conforme as condições originais das contas a receber. Se assim for, será reconhecida a respectiva perda por imparidade com reflexo no Balanço e na Demonstração dos Resultados.

3.2.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários.

Os descobertos bancários, se os houver, são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos obtidos correntes”.

3.2.6. Imparidades de Activos

Para os activos valorizados de acordo com o modelo do custo, as perdas por imparidade e as suas reversões, são reconhecidas na Demonstração dos Resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e conseqüentemente o activo deixa de estar em imparidade. A reversão de perdas de imparidade é reconhecida na Demonstração dos Resultados como resultados operacionais.

Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (quer através do custo histórico, quer através do seu valor reavaliado, líquido de amortizações ou depreciações) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Para os créditos em contencioso judicial, a perda por imparidade será considerada pela totalidade do valor do crédito.

Para os créditos em mora, o valor da imparidade será apurado pelos limites fiscais.

3.2.7. Provisões

As provisões são revistas na data de cada Demonstração da Posição Financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, será efectuada a divulgação de tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

3.2.8. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo método do custo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a instituição possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.2.9. Contas a pagar a Fornecedores e Outros Credores

As contas a pagar a fornecedores e outros credores são registadas pelo seu valor nominal.

3.2.10. Impostos Sobre o Rendimento

A Instituição encontra-se isenta de IRC, nos termos do artº 10 do CIRC.

Contudo esta isenção não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários e é condicionada à observância continuada de alguns requisitos previstos naquele código.

3.2.11. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma. Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os contratos de locação financeira relativamente aos quais a empresa assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado são registados pelo método financeiro.

De acordo com o método financeiro, o custo, na data do seu início, é registado no activo (rubrica “Activos fixo tangível” e depreciações acumuladas correspondentes, como definido na Nota 3.2.1).

A responsabilidade associada, de acordo com plano financeiro contratual, é registada no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor actual das rendas de locação vincendas

As rendas são constituídas pelo gasto financeiro e pela amortização do capital, sendo os gastos financeiros imputados aos respectivos períodos durante o prazo da locação, segundo uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador (Nota 31.6).

Nas locações consideradas como operacionais as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam, numa base linear, durante o período da locação

3.2.12. Reconhecimento do Rédito

Os réditos pela venda de bens ou prestação de serviços são reconhecidos quando os riscos e as vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. Estes são registados líquidos de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo montante nominal recebido ou a receber

3.2.13. Especialização de Exercícios

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou receber”, se qualificarem como tal

3.2.14. Contingências

Os activos e os passivos contingentes são possíveis activos ou passivos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos

No caso dos passivos contingentes podem igualmente ser obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas, porque não é provável que um fluxo de recursos, que afecte benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objectos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

3.2.15. Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes após a data do Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço, se materiais, são reflectidos nas demonstrações financeiras e divulgados neste anexo

3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

3.3.1. Estimativas contabilísticas importantes e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NCRF, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos reconhecidos no período de reporte financeiro.

Todas as estimativas e assumções foram determinadas, à data da preparação das demonstrações financeiras, com base no melhor conhecimento existente em cada momento, na experiência de eventos passados e/ou correntes e nas expectativas em relação a acções correntes e futuras, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Alterações a essas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospectiva.

As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou em que pressupostos e estimativas sejam significativos, incluem: vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis; análise de imparidade, nomeadamente de contas a receber; e provisões.

- Vidas úteis dos activos fixos intangíveis e tangíveis. A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, do método de amortização/depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil,

por motivos de obsolescência tecnológica, são definidas de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

- **Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efectivo a incorrer.

- **Registo de provisões**

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões, anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

A decomposição dos valores inscritos na rubrica de “Caixa e de depósitos bancários”, constantes do Balanço, é como segue:

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	486,44	
Depósitos à ordem	12	5.948,21	
Outros depósitos	13	0,00	
Total		6.434,65	

Ver Nota 3.2.5 relativa a políticas contabilísticas adoptadas para esta rubrica.

Para quantias de réditos reconhecidos referentes a Depósitos e gastos suportados com serviços bancários ver respectivamente Nota 21 e Nota 31.6.

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nem erros materiais, face aos considerados na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior.

6. Partes Relacionadas - (Não aplicável à entidade)

7. Activos Fixos Intangíveis

Os movimentos ocorridos no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações para o exercício findo são os seguintes:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações/ajust.	Adições			Alienações	Transfª e abates	Saldo final
			PIDDAC	Out. subsídios	Out. financ			
Activo intangível bruto								
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp. invest. desenvolvimento	10.281,07	0,00	0,00	0,00	1.353,00	0,00	0,00	11.634,07
Programas computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos intang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.281,07	0,00	0,00	0,00	1.353,00	0,00	0,00	11.634,07
Depreciações acumuladas								
Desp. invest. desenvolvimento	5.050,45	0,00	0,00	0,00	1.319,87	0,00	0,00	6.370,32
Programas computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos intang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.050,45	0,00	0,00	0,00	1.319,87	0,00	0,00	6.370,32
Activo intangível líquido	5.230,62							5.263,75

Os valores, constam de processo de investimento e foram amortizados a 100% em virtude de, individualmente, serem valores inferiores a 1000 euros.

8. Activos Fixos Tangíveis

Remete-se para Nota 3.2.1 a descrição das políticas adoptadas e taxas de depreciação consideradas sobre esta rubrica.

Durante o exercício findo o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi como a seguir se apresenta:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações/ajust.	Adições			Alienações	Transfª e abates	Saldo final
			PIDDAC	Out. subsídios	Out. financ			
Activo tangível bruto								
Terrenos e recursos naturais	545.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545.390,00
Edifício outras construções	669.951,45	0,00	0,00	0,00	13.200,00	0,00	0,00	683.151,45
Equipamento básico	103.286,58	0,00	0,00	0,00	14.988,31	0,00	0,00	118.274,89
Equipamento transporte	283.798,34	0,00	0,00	0,00	0,00	156.611,59	0,00	127.186,75
Equipamento administrativo	39.222,02	0,00	0,00	0,00	507,50	0,00	0,00	39.729,52
Outros activos tangíveis	90.625,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.625,59
Investimentos em curso	32.577,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.577,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.764.850,98	0,00	0,00	0,00	28.695,81	156.611,59	0,00	1.636.935,20
Depreciações acumuladas								
Edifício outras construções	112.565,16	0,00	0,00	0,00	7.449,77	0,00	0,00	120.014,93
Equipamento básico	97.338,87	0,00	0,00	0,00	1.785,70	0,00	0,00	99.124,57
Equipamento transporte	223.393,74	0,00	0,00	0,00	4.921,60	118.554,97	0,00	109.760,37
Equipamento administrativo	35.524,04	0,00	0,00	0,00	378,13	0,00	0,00	35.902,17
Outros activos tangíveis	35.766,33	0,00	0,00	0,00	8.975,27	0,00	0,00	44.741,60
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	504.588,14	0,00	0,00	0,00	23.510,47	118.554,97	0,00	409.543,64
Activo tangível líquido	1.260.262,84							1.227.391,56

A classe de Equipamento Administrativo é composta maioritariamente por equipamentos informáticos e mobiliário de escritório. Em Equipamento Básico constam bens directamente relacionados com a actividade operacional.

O equipamento de transporte respeita a veículos ligeiros e um autocarro utilizados ao serviço da instituição que foi alienado no exercício.

As verbas relativas a “transfª e abates” resultam de transferência de valores por reclassificação nos termos do SNC.

No exercício foram praticadas taxas mínimas de amortização

9. Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas - (Não aplicável à entidade)

10. Locações - (Não aplicável à entidade)

11. Empréstimos Obtidos

Durante o exercício não foram capitalizados quaisquer custos de empréstimos obtidos

O movimento dos empréstimos encontra-se identificado na Nota 3.2.8

Descrição	Saldo inicial	Movimento do exercício	Saldo final
Empréstimos bancários	48.190,56	-13.364,62	34.825,94
Empréstimos de associados	0,00	0,00	0,00
	48.190,56	-13.364,62	34.825,94

12. Propriedades de Investimento – (Não aplicável à entidade)

13. Imparidade de Activos – (Não aplicável à entidade)

14. Interesses em Empreendimentos e Investimento em associadas - (Não aplicável à entidade)

15. Concentração de Actividades Empresariais - (Não aplicável à entidade)

16. Investimento em Subsidiárias e Consolidação - (Não aplicável à entidade)

17. Exploração e Avaliação de Recursos Minerais - (Não aplicável à entidade)

18. Agricultura - (Não aplicável à entidade)

19. Inventários

Tendo em conta as políticas de valorização descritas na Nota 3.2.3, a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” decompõem-se como segue:

Movimentos	Mercadorias	Mat. primas s. cons	Totais
Saldos iniciais	0,00	384,90	384,90
Compras	0,00	45.292,44	45.292,44
Regularização inventários	0,00	1.254,03	1.254,03
Saldos finais (-)	0,00	(900,14)	(900,14)
Gastos no exercício	0,00	46.031,23	46.031,23

20. Contratos de Construção - (Não aplicável à entidade)

21. Rédito e Outros Rendimentos e Ganhos

A decomposição de Rédito e de Outros Rendimentos e Ganhos do período, relevada na Demonstração dos Resultados, é como se apresenta:

Movimentos	Total	União europeia	Outros	Mercado interno
Vendas:				
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Materias primas	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços:				
Mensalidades e inscrições	117.419,66	0,00	0,00	117.419,66
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	117.419,66	0,00	0,00	117.419,66
Outros rendimentos e ganhos				
Rendimentos suplementares	14.954,16	0,00	0,00	14.954,16
Subsídios para investimentos	10.013,90	0,00	0,00	10.013,90
Outros	19.969,95	0,00	0,00	19.969,95
Total	44.938,01	0,00	0,00	44.938,01
Juros, dividendos outros rendiment.	233,91	0,00	0,00	233,91
Total geral	162.591,58	0,00	0,00	162.591,58

Para políticas contabilísticas definidas relativamente a estas rubricas ver Nota 3.2.12.

22. Provisões, Passivos e Activos Contingentes - (Não aplicável à entidade)

23. Subsídios do Governo e Apoio do Governo

Os subsídios do Governo relacionados com os activos fixos tangíveis estão a ser reconhecidos nos capitais próprios. Como respeitam a activos fixos tangíveis depreciables com vida útil definida, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Os subsídios e apoios recebidos apresentam a seguinte posição actual:

Descrição	2015	2014
Variações no capital próprio		
Subsídios para investimentos		
Saldo inicial	591.240,85	606.706,30
Aumento do exercício	9.900,00	0,00
Redução no exercício	(10.013,90)	(18.119,27)
Saldo final	591.126,95	588.587,03
Subsídios à exploração		
Rédito do exercício	191.425,25	263.652,35

24. Efeito de Alterações em Taxas de Câmbio - (Não aplicável à entidade)

25. Acontecimentos Após a Data do Balanço

Não ocorreram até à data quaisquer factos relevantes, após 31 de Dezembro, que de alguma forma possam influenciar a aprovação das contas ou a sua apreciação da situação financeira e patrimonial nela evidenciada.

26. Impostos Sobre o Rendimento

Conforme descrito na Nota 3.2.10 a Instituição está isenta de IRC

27. Matérias Ambientais - (Não aplicável à entidade)

28. Instrumentos Financeiros - (Não aplicável à entidade)

29. Benefícios dos Empregados

O número de trabalhadores ao serviço no final do ano foi o que consta dos mapas seguinte, não se tendo verificado variações significativas durante o ano.

Descrição	CAF	CATL	SAD	Creche	Centro de dia	Refeições	Geral	Total
Pessoal ao serviço								
Funcionária administrativa							1	1
Técnica superior de serviço social							1	1
Educadora social				1				1
Educadora de infância				1				1
Técnica de actividade tempos livres		1						1
Animadora social					1			1
Ajudante de acção directa			3		1			4
Ajudante de educação	1			2				3
Cozinheira							1	1
Auxiliar de cozinha							1	1
Empregada de limpeza							1	1
Motorista							1	1
	1	1	3	4	2	0	6	17
Utentes								
Crianças	37	20		18				75
Idosos			15		12			27
	37	20	15	18	12	0	0	102
Não há trabalho voluntário								
Nível emprego	5,88%	5,88%	17,65%	23,53%	11,76%	0,00%	35,29%	100,00%
Nível utentes	37,37%	20,20%	15,15%	18,18%	12,12%	0,00%	0,00%	103,03%

Os “Gastos com pessoal”, incorridos durante o exercício findo e o anterior, foram como segue:

Descrição	2015	2014
Remunerações órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações pessoal	168.750,69	161.708,43
Encargos s/ remunerações	36.143,43	34.235,30
Seguros acidentes trabalho	1.699,01	3.060,13
Gastos acção social	0,00	0,00
Outros gastos c/ pessoal	228,42	750,17
Totais	206.821,55	199.754,03

30. Divulgações exigidas por Diplomas Legais - (Não aplicável à entidade)

31. Outras Informações

31.1. Capital e Reserva Legal

O fundo social mantém o seu valor inicial de 154,63 euros

A Direcção propõe que o Resultado Líquido do exercício, no valor de 7.041,56 euros, seja destinado para Resultados Transitados.

31.2. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava as seguintes quantias:

Imposto / Instituição	Divida vincenda	Divida em mora	Divida total
IRS -retenção na fonte	945,24	0,00	945,24
IVA a pagar	0,00	0,00	0,00
CRSS Aveiro	4.646,68	0,00	4.646,68
Totais	5.591,92	0,00	5.591,92

Não existem valores em situação de mora

Existia IVA a recuperar no valor de 8.338,76€

31.3. Acréscimos e Diferimentos

A rubrica “Diferimentos”, pode ser detalhada conforme segue:

Descrição	2015	2014
Gastos diferidos		
Seguros	1.337,66	1.144,91
Outros gastos	0,00	0,00
Totais	1.337,66	1.144,91
Credores por acréscimos		
Seguros	0,00	0,00
Encargos c/férias ano seguinte	30.141,44	59.107,55
Outras remunerações a liquidar	0,00	6.950,36
Outros acréscimos	0,00	0,00
Totais	30.141,44	66.057,91

31.4. Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos custos com “Fornecimentos e serviços externos” é como se evidencia:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	13.439,61	20.541,06
Materiais	5.445,28	3.119,30
Energia e fluidos	20.860,96	25.006,02
Deslocações estadas e transportes	3,10	56,39
Serviços diversos	17.035,91	21.254,47
Outros serviços	0,00	49.551,83
Total	56.784,86	119.529,07

31.5. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” operacionais é decomposta como segue:

Descrição	2015	2014
Impostos	432,98	56,92
Perdas em inventários	577,91	1.111,45
Gastos perdas em investimentos	3.056,62	0,00
Correcções períodos anteriores	5.514,91	1.111,30
Donativos	15,00	2,00
Quotizações	150,00	150,00
Ofertas/amostras inventarios	0,00	0,00
Outros não especificados	0,00	1.583,41
Totais	9.747,42	4.015,08

31.6. Juros e gastos similares suportados

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como apresentado:

Descrição	2015	2014
Juros de financiamentos	2.809,25	3.296,13
Outros juros suportados	0,00	5,26
Diferenças cambio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos financeiros	894,76	1.449,42
	0,00	0,00
Totais	3.704,01	4.750,81

31.7. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” operacionais é decomposta como segue:

Descrição	2014	2013
Rendimentos suplementares	14.954,16	13.264,67
Ganhos em inventários	1.831,94	4.173,00
Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
Correcções exercicios anteriores	15.576,52	127,10
Subsidios p/ investimentos	10.013,90	18.119,27
PIDDAC	6.196,78	6.196,78
Outros	1.675,41	10.029,05
IFAP	2.141,71	1.893,44
Donativos	2.518,29	23.007,20
Outros não especificados	43,20	7.341,49
	44.938,01	66.032,73

31.8. Dividas cobertas por garantia

Situação não verificada

31.9. Acções judiciais

Não existem acções judiciais

Gafanha da Boa Hora, 2015-12-31

Presidente - Manuel José Ferreira Bogalho**Vogal** - Alda Maria de Jesus Rodrigues**Vogal** - Manuel Oliveira Pimentel Nogueira**Vogal** - Zilda de Jesus Peralta Paquete**Vogal** - Rosa Maria de Jesus Rodrigues**TOC 24661** - Manuel Augusto Martins Morais

